



Como se deve escrever a Historia do Brasil

Author(s): Karl Friedrich Von Martius and José Honório Rodrigues

Source: *Revista de Historia de América*, No. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458

Published by: [Pan American Institute of Geography and History](#)

Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/20137096>

Accessed: 07/08/2013 20:54

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <http://www.jstor.org/page/info/about/policies/terms.jsp>

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.



Pan American Institute of Geography and History is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Revista de Historia de América*.

<http://www.jstor.org>

COMO SE DEVE ESCREVER A HISTORIA DO BRASIL

KARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS (1794 - 1868)

Advertencia

Carlos Frederico Felipe de Martius nasceu em Erlagen, na Baviera, a 17 de abril de 1794. Pertencendo a família tradicionalmente vinculada às ciências naturais, Martius revelou desde estudante na Universidade de Erlagen sua decidida predileção pela botânica. Transferido para a Universidade de Munich, já em 1814 era adjunto do botânico Schranck, inspetor do Jardim Botânico, e realizava excursões científicas pelos arredores, sendo nomeado adjunto da Academia em outubro de 1816.

Neste ano, o casamento da arquiduquesa D. Leopoldina d'Austria com D. Pedro I tornou-se decisivo para o futuro do jovem estudioso, que desde então dedicou sua operosidade ao mundo brasileiro. Para acompanhar a princesa, depois primeira Imperatriz do Brasil, resolveu a Côrte de Viena nomear uma comissão de naturalistas, que devia proceder a um estudo das produções naturais brasileiras. Para fazerem parte dessa comissão foram escolhidos sábios de reputação formada, como Johann Christian Mikan, Johann Emmanuel Pohl e Johan von Natterer, e os pintores Thomas Ender e Buchberger. A comissão incorporam-se, por solicitação do Govêrno da Baviera, Johan Baptist von Spix e K. F. Ph. von Martius; e a pedido do govêrno da Toscana, Giuseppe Raddi. Martius, que viajou em companhia de Mikan, Ender e Spix, chegou ao Rio de Janeiro a 15 de julho de 1817. Todos empreenderam viagens de pesquisas e publicaram trabalhos científicos, alguns já traduzidos para o português, como os de Pohl, Spix e Martius.

Durante quase dois anos e meio, Spix e Martius percorreram o centro, o leste, o nordeste, a Amazônia, chegando à fronteira do Peru. Nesta viagem de 1400 milhas geográficas, Martius colheu material de 6,500 espécies de plantas, enquanto Spix colecionou 85 espécies de mamíferos, 350 de aves, 130 de anfíbios, 116 de peixes e 2,700 insetos. De todas as ex-

pedições científicas, esta é considerada como a de mais amplos e profícuos resultados. Spix faleceu em 1827, no curso da publicação da *Reise in Brasilien* (Munich, 1823-1831), e Martius sobreviveu-lhe mais de quarenta anos de fecunda atividade científica consagrada ao Brasil. Distinguiu-se desde cedo com seus trabalhos *Genera et species palmarum* (Munich, 1823, 5 vols.), *Nova genera et species palmarum* (Munich, 1823-1832), até a monumental *Flora Brasiliensis*, a maior obra que jamais se escreveu sobre as coisas brasileiras. Foi iniciada em 1840, continuada por Eichler e Urban, e concluída em 1906, com 20,733 páginas, 3,811 táboas, descrevendo 22,767 espécies de plantas e representando 6,246 espécies.

Passados cinquenta anos, a *Flora Brasiliensis* continua a constituir a maior empresa de seu gênero. E', no campo da botânica sistemática, a expressão clássica do espírito pesquisador do século passado. A publicação foi dirigida por Martius, de 1840 a 1868, sendo impressos 46 fascículos, onde estão classificadas 850 famílias, com mais de 8,000 espécies, e perto de 1,400 figuradas, em 1071 estampas. A obra toda está contida em 15 vols. *in-folio*, em que se reúnem 130 fascículos, dos quais 46 dirigidos por Martius.¹

Acerca do valor atual da Flora, escreve F. C. Hoehne: "tendo levado 66 anos para ser completada, a *Flora Brasiliensis* já podia ser considerada obra antiquada ao aparecer seu último fascículo, em 1906, e, se somarmos a isto os anos de lá para cá, temos que mais 34 são decorridos, o que também dá aos últimos volumes uma idade que bem reclama uma revisão. Poderão as monografias expostas na *Flora Brasiliensis* satisfazer as necessidades da botânica? E' claro que não, porque não podem mais inspirar confiança. Muitas espécies descritas na obra em apreço também não estão bem distinguidas, porque foram, muitas vezes, baseadas em material escasso e aqueles que elaboraram as diagnoses o fizeram de acordo com as necessidades da época em que viveram e hoje bem diferente é a nossa exigência nesse sentido. Terá, porém, a *Flora Brasiliensis* perdido o seu valor pelo fato de estar antiquada? De modo algum. Ela será sempre necessária, sempre será útil e seu valor bibliográfico e histórico hoje é maior do que foi na época em que apareceu".²

Vários outros trabalhos botânicos de menor vulto publicou Martius. Na etnografia e linguística indígenas destacam-se especialmente *Das Natu-*

¹ O principal trabalho brasileiro sobre Martius, do ponto de vista histórico-científico, ainda é o de Rodolfo García, "História das Explorações Científicas" (in *Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro*, edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1922, págs. 856-910). Neste resumo seguiu-se este trabalho (cf. págs. 887-889) e os de José Soares Dutra, *Martius*, Rio de Janeiro, Emiel Edit., 1942, e do P. Balduino Rainho, S. J., *Martius*, São Paulo, Instituto Hans Staden, 1952.

² F. C. HOEHNE, "O primeiro centenário do início da publicação da Flora Brasiliensis de von Martius", *Revista dos Amigos da Flora Brasileira*, I, São Paulo, 1940.

rell, die Krankheit, das Artzthum und die Heilmittel der Uberwohner Brasiliens (Munich, 1844)³, considerada por Herbert Baldus a melhor, ou, pelo menos, a mais completa no gênero;⁴ as *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens* (Leipzig, 1867);⁵ e a *Glossaria Linguarum Brasiliensis* (Erlagen, 1863). Nas *Beiträge* sustentava Martius idéias consideradas hoje insustentáveis, mas, ao mesmo tempo, iluminava a tosca divisão dos índios do Brasil em Tupi e Tapuia, apresentada desde o século XVII por Simão de Vasconcelos. Estabelecendo uma nova classificação em 8 grupos, Martius podia ser chamado, segundo sustenta Herbert Baldus, "o fundador da etnografia brasileira, por ter sido o primeiro a dar uma sinopse etnográfica, não somente de uma faixa mais ou menos larga do litoral, como [o] fizeram seus predecessores, mas do Brasil inteiro, considerando condignamente também as tribos até então tratadas como Tapuias, investigando 'extensivamente' além das línguas, numerosos outros aspectos sociais e culturais, e abrindo, com tudo isso, os alicerces para o estudo científico das populações índias deste vasto país".⁶

Martius foi, assim, para o chefe da Secção de Etnografia do Museu Paulista, o primeiro grande sistematizador da etnografia brasileira, apesar das deficiências que hoje se podem notar em sua obra. Para Baldus, ainda, Martius, com Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich são os três principais iniciadores da etnologia brasileira do século passado.⁷ Martius sustentava, nas *Beiträge*, que os americanos não são selvagens, mas asselvajados e decaídos. Para Baldus, durante os três anos em que Martius percorreu o interior do país, de São Paulo ao Maranhão, subindo o Amazonas, ficou conhecendo índios de numerosas tribos, mas geralmente indivíduos isolados de sua cultura originária e muito influenciados pelo contacto com os brancos, ou tribos que sofreram consideravelmente essas mesmas influências. Foram tais índios que serviram de base à formação de determinadas hipóteses do grande botânico. "Apesar de considerar o Brasil etnograficamente um enorme formigueiro, com migrações internas sem cessar, Martius fez uma classificação dos índios que marcou época e serviu aos trabalhos de K. von den Steinen e Ehrenreich".

A expedição austríaca e bávara de 1817 foi a mais frutífera de tôdas

³ *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*, Tradução de Pirajá da Silva, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939. (Brasíliana, vol. 154).

⁴ HERBERT BALDUS, "A Viagem pelo Brasil de Spix e Martius", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. 69, págs. 131-146, cf. pág. 136.

⁵ As *Beiträge* compõem-se de três estudos: O passado e o futuro da humanidade americana; O estudo do direito entre os aborígenes do Brasil (trad. de ALBERT LOEFGREN, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. IX, págs. 20-82, São Paulo, 1906, e republicada em versao de Amaral Coutinho, São Paulo, 1938); e Uma sinopse etnográfica dos índios do Brasil e das regiones limítrofes.

⁶ *Ob. cit.*, pág. 140.

⁷ HERBERT BALDUS, "Etnologia", *Manuel de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, pág. 203.

as expedições científicas do século XIX, e Martius nela figurou como a estrela mais evidente e mais iluminadora.

A relação da Viagem foi feita em três grossos volumes, tendo sido o primeiro publicado em 1823 e o último em 1831.⁸

Para a historiografia, a *Viagem* e seu ensaio "Como se deve escrever a História do Brasil" são as duas mais importantes contribuições.

A *Viagem* contém numerosíssimas observações botânicas, zoológicas, geográficas, etnográficas, psicológicas e históricas, cuja importância, acertos e equívocos foram assinalados pelos competentes. Do ponto de vista psicológico, apesar das censuras levantadas por Herbert Baldus em relação aos índios, de que Martius era péssimo psicólogo,⁹ não se deve esquecer que muitas de suas anotações sobre a gente brasileira, suas formas psicológicas, seu comportamento, a posição da mulher, representam as primeiras páginas de um retrato impressionista do povo brasileiro, antes inteiramente alheio das preocupações dos cronistas.

Nos modernos estudos sobre as características nacionais, não se pode deixar de lado o brasileiro do princípio do século XIX visto por Martius, e, de certo modo, aproveitado por Capistrano de Abreu nos seus *Capítulos de História Colonial*.¹⁰

Martius notou que a considerável imigração portuguesa, além da vinda de bom número de ingleses, franceses, holandeses, alemães e italianos, que depois da abertura dos portos (1808) aqui se estabeleceram, imprimiu mudança nas características dos habitantes. Para ele, o estabelecimento da Corte fez acender em todos os brasileiros o sentimento de patriotismo e a "constituição colonial de duzentos anos [na verdade trezentos] deixou impressão forte demais no caráter do brasileiro, para que ele pudesse já agora dedicar-se com a mesma energia que induz o europeu aos sérios labores da indústria, da arte e das ciências, que asseguram a força íntima de um Estado". Esse desamor pelo trabalho, tão observado mais tarde por historiadores e sociólogos, ligava-se ao "gosto pela comodidade, pelo luxo, e pelas formas agradáveis da vida exterior, que se espalhou aqui mais rapidamente que o amor pelas artes e pelas ciências". Notava, ainda, a pequena inclinação portuguesa para as ciências e que entre os naturais eram os mulatos os que manifestavam maior capacidade e diligência para as artes mecânicas e extraordinário talento para a pintura. Nas peculiaridades regionais, assinalava que o paulista se distinguia pela sua fidelidade e obe-

⁸ *Reise in Brasilien* (München, 1823-1831). Tradução brasileira prom ovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para comemoração do seu centenário. Tradução de LUCIA FURQUIM LAHMEYER e revisão de B. F. RAMIZ GALVÃO e BASÍLIO MAGALHÃES. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 3 vols. e um vol. de Atlas e ilustrações.

⁹ HERBERT BALDUS, "A Viagem, etc.", págs. 136, 141.

¹⁰ Cf. 4a. edição, preparada por JOSÉ HONÓRIO RODRÍGUEZ, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1954.

diência, e gozava, em todo o Brasil, da fama de grande franqueza, coragem invencível e romântico pendor para afrontar venturas e perigos; com êsses dotes generosos, o carater paulista adquiria também um traço de impetuosidade nas cóleras e vinganças, de orgulho e inflexibilidade e, por essa razão, era temido pelos vizinhos e o estrangeiro não via no seu modo altivo sinão seriedade fria e carater. O orgulho dos paulistas pode ser desculpado apenas pelo fato de poderem êles gabar-se de que as façanhas de seus antepassados lhes dão direitos sôbre a parte nova do mundo, direitos que não tem o colono europeu. Com razão considerava o paulista como a mais forte, saudável e enérgico habitante do Brasil. Ai estava, nestes traços psicológicos, o pionerismo progressista dos bandeirantes. Reparava que o gôsto pelo luxo europeu não se desenvolvera tanto entre os paulistas quanto entre baianos e pernambucanos, e que o jogo era menos frequente em São Paulo. A educação e os costumes eram os da Mãe Pátria, modificados pela influência da literatura francesa, ou inglesa, pelas experiências da vida e pelo conhecimento ou desconhecimento da Europa. As divergências políticas eram maiores na Bahia e em Pernambuco, havendo numa das duas camadas em que se dividia a opinião naquela primeira Província um maior apêgo a Portugal e à conservação das leis e praxes portuguesas. Estabelece valiosas relações entre a alimentação e a ocupação, com o gênio alegre ou entristecido. Nota, em certos trechos, as preponderâncias portuguesas sôbre as brasileiras, as indígenas, especialmente o desamor ao trabalho sistemático e os malefícios do contacto dos europeos sôbre os índios. Diferenças regionais, de gênio e temperamento, ou de carater, como melhor se diria hoje, não escapam ao olho clínico de Martius, que escreveu não se encontrar “na população de Belem nem a ação espirituosa do trato desembaraçado do pernambucano, nem a expedita atividade comercial do baiano, prático, sólido, nem a delicadez insinuante do maranhense, o donaire cavalheiresco do mineiro, nem o gênio afável e franco do paulista. O paraense é homem do hemisfério sul, a quem o ardor do sol equatorial embota a característica vivacidade do temperamento meridional”.

A *Viagem* de Martius representa, assim, sob o aspecto humano, uma grande contribuição ao estudo psico-social da gente brasileira. Foi, sobretudo, a *Viagem*, que lhe perpetuou o nome entre os brasileiros, pois a *Flora*, apesar de seu monumental subsídio, era um livro para naturalistas eruditos.

A *Viagem* adquire, com o passar do tempo, maior expressão como fonte histórica de primordial significação. E’ uma descrição viva do Brasil entre 1817 e 1820. Na bibliografia exotico-brasileira, essa obra ocupa um lugar destacado, de difícil comparação.

Na historiografia, é seu programa filosófico-metodológico “Como

cumpre escrever a História do Brasil”, publicado em 1845¹¹ que mereceu maior atenção dos membros do Instituto Histórico e, mais tarde, de estudiosos de nossa história. Deve-se a Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a proposta, a 14 de novembro de 1840, de oferecer cem mil réis como prêmio a quem apresentasse ao Instituto um plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizado de tal modo que nêle se compreendessem as partes política, civil, eclesiástica e literária. O Instituto, considerando excelente a idéia, resolveu acrescentar mais cem mil réis ao prêmio, que nestas condições foi anunciado. Candidataram-se Henrique Julio de Wallenstein, “Sôbre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”,¹² considerava o mais acertado seguir Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto, isto é, expor a história em décadas, narrando-se os acontecimentos dentro de períodos certos. Só assim, dizia, seriam os sucessos bem encadeados. O texto deveria conter especialmente a história política, considerada principal. A história civil, eclesiástica e literária deveria ser exposta no final das décadas, em separado, servindo de observação ao texto.

Já o plano de Martius merece outras considerações. Não se pode dizer precisamente que se tratasse de um programa de metodologia histórica, pois os primeiros seminários de Leopold Ranke e de Georg Waitz foram iniciados pouco depois. Martius não tinha nenhuma formação de historiador, como, por exemplo, seu patrício Heinrich Handelmann (1827-1891), autor da *Geschichte von Brasilien* (Berlin, 1860), discípulo de Waitz, por sua vez discípulo de Leopold Ranke. Não havia, assim, nenhum rigor metódico o científico na lição que Martius apresentava aos brasileiros. Era mais o fruto de sua própria experiência no grande centro científico da Alemanha e das valiosas observações que sua *Viagem* permitia colher. Era uma concepção histórico-filosófica sôbre a História do Brasil, concepção do mundo brasileiro, que a qualquer um é lícito ter com ou sem curso regular ou auto-didático de método histórico. Se examinarmos as idéias expostas na sua lição, veremos que ela contém tantas idéias gerais sôbre o problema da história brasileira, que servirá de ponto de partida para vários trabalhos que, mais tarde, serão escritos sob a inspiração do método ali delineado. A força de penetração de Martius, a acuidade de suas observações e de suas idéias gerais sôbre a história brasileira vão facilitar aos que o seguiram a delimitação mais exata, a segregação de certos tipos ou de certas secções de nossa história.

Martius é o primeiro a chamar atenção sôbre a importância da con-

¹¹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 6, 1845, págs. 389-411.

¹² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 45, págs. 159-160, Assinado do Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1843.

tribuição das três raças na história brasileira. E' o primeiro a dizer que seria um erro, em face de todos os princípios da historiografia, desprezar as forças dos indígenas e dos negros importados, forças essas que igualmente concorreram com o elemento europeu para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Lembra, então, a necessidade de se estudar os indígenas, seus costumes, seus usos, sua língua; de se ter sempre em conta, ao estudar o papel dos portugueses, que o período do descobrimento e colonização primitiva do Brasil não poderia ser compreendido sinão em conexão com as suas façanhas marítimas, comerciais e guerreiras, e jamais deveria ser considerado como fato isolado na história; que o historiador do Brasil jamais deveria perder de vista, na história da colonização e do desenvolvimento civil e legislativo do país, os movimentos do comércio universal de então, incorporando-os mais ou menos extensamente à nossa história.

Apontou, ainda, a necessidade de se estudar a história da legislação e do estado social da nação portuguesa, para poder mostrar como nela se desenvolveram pouco a pouco instituições municipais tão liberais como as que foram transplantadas para o Brasil, e averiguar quais as causas que concorreram para o seu aperfeiçoamento neste país. Acentuou o papel dos jesuítas e mostrou ser necessário estudar-se o desenvolvimento das relações eclesiásticas e monacais. Indicou como uma das tarefas de maior interesse mostrar como se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes, como reflexa da vida européia. Sem esquecer-se dos menores detalhes, Martius acrescentava que se devia mostrar como viviam os colonos, transportando o leitor para suas casas, tanto na cidade como nos estabelecimentos rurais, fossem eles cidadãos ou escravos. Para evitar o conflito das histórias especiais de cada província, que então se andava propondo, lembrava que melhor seria tratar conjuntamente daquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertencessem umas às outras, ou seja, que se fizessem histórias dos grandes grupos regionais. Assim, por exemplo, propunha a convergência da história das possessões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão e Pará; a de Pernambuco com o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; a história de Sergipe, Alagoas e Pôrto Seguro não poderia ser escrita sem a da Bahia. Era, assim, a primeira sugestão de história regional que se fazia no nosso país.

E' evidente que se Martius não propôs classificação alguma de épocas ou períodos, suas idéias serviram muito para daí em diante relacionarem-se os fatos, agrupá-los e, portanto, dividí-los sob melhor critério. O parecer do Instituto Histórico que decidiu dos dois planos que concorreram ao prêmio, e de que foi relator Freire Alemão,¹³ grande naturalista brasi-

¹³ "Parecer do Dr. Francisco Freire Alemão, Monsenhor Joaquim da Silveira

leiro, diz que o de Martius é profundamente pensado. Dizia mesmo que era bom demais e que não poderia ser posto em prática naquele momento, mas serviria de modelo para quando fosse realizável. E acrescentava que sua utilidade se manifestava desde logo na direção que deveriam tomar as investigações históricas no Brasil.¹⁴

Diz-se muito que o plano de Martius foi seguido por João Ribeiro, ao preparar o seu *Compendio de Historia do Brasil* (1a. edição, Rio de Janeiro, 1900; 15a. edição, Rio de Janeiro, 1955). Assim disse, por exemplo, o crítico literário brasileiro, de grande nomeada na época, Araripe Junior.¹⁵ Não nos parece que se possa sustentar tal hipótese, exceto na valiosa sugestão da formação étnica regional. Nesta sentido já observamos que João Ribeiro, influenciado por Martius, notara em cada um dos núcleos primitivos da nação um sentimento característico: o da Bahia é o da religião e da tradição; o de Pernambuco é o radicalismo republicano e extremo de todas as revoluções; o de São Paulo (Minas Gerais e Rio de Janeiro) é o liberalismo moderado; o de Amazonas, demasiado indígena, é talvez o da separação, como o é no extremo sul, demasiado platino. Excluídas as duas últimas não há que negar a capacidade de observar certas feições características, capazes de ajudar a futura e complicada pesquisa das relações de comportamento entre a estrutura e a superestrutura, indispensável a uma periodização.¹⁶ No reconhecimento e pesquisa das diversificações regionais que compõem o nacional, João Ribeiro seguia Martius, que primeiro o viu e demonstrou a necessidade de sua investigação. Na verdade, um exame comparativo das fontes da *História* de João Ribeiro poderá revelar sua aproximação com a *História do Brasil* de Heinrich Handelmann, na feitura de suas divisões e na inspiração de certas idéias classificadoras da exposição. Capistrano de Abreu, em carta de 1923 esera muito apreciado por João Ribeiro e Oliveira Lima. E' mais um testemunho da possível influência de Handelmann sobre João Ribeiro.

De Martius viria mais a grande idéia, inteiramente aproveitada e oricrevia ao historiador português João Lúcio de Azevedo¹⁷ que Handelmann ginalmente exposta, de que a história deve encarar o Brasil como uma federação de províncias.

Martius continua vivo no Brasil e o elogio acadêmico do orador do

e Dr. Thomas Gomes dos Santos sobre a Memória... , Como se deve escrever a História do Brasil (20 de maio de 1847)", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 9, pág. 279.

¹⁴ Estas apreciações sobre o Plano de Martius são reproduzidas de nossa *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, págs. 70-71.

¹⁵ Cf. pág. 11 da 12a. edição do *Compendio*.

¹⁶ JOSÉ HO^oORIO RODRIGUES, *Teoria da História do Brasil*, ob. cit., pág. 76.

¹⁷ *Correspondência de Capistrano de Arbeu*, edição organizada por JOSÉ HONORIO RODRIGUES, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954, 2 vols., vol. II, pág. 244.

Instituto Histórico, Joaquim Manuel de Macedo, recitado a 15 de dezembro de 1869, "Martius é nosso pela ciência e pelo amor", é, ainda, expressão do sentimento culto brasileiro. A melhor demonstração consiste na ininterrupta série bibliográfica consagrada à sua figura e ao seu trabalho.¹⁸

José Honório RODRIGUES.

COMO SE DEVE ESCREVER A HISTORIA DO BRASIL

DISSERTAÇÃO

OFERECIDA AO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO
BRASIL, PELO DR. CARLOS FREDERICO PH. DE MARTIUS
ACOMPANHADA DE UMA BIBLIOTECA BRASILEIRA,
OU LISTA DAS OBRAS PERTENECENTES A
HISTORIA DO BRASIL

Tive sumo prazer quando li na muito apreciável Revista Trimensal (suplemento ao tomo 2o., pág. 72) que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro lançava suas vistas sôbre a composição de uma História do Brasil, e pedia se lhe comunicassem idéias, que o pudessem coadjuvar com maior acêrto neste tão útil quão glorioso intento.

Muito longe estou eu de me julgar do número dos ilustres literatos brasileiros, habilitados para preencherem as vistas do Instituto; mas ainda não quero deixar passar esta ocasião sem testemunhar a tão respeitável associação, o meu interêsse para com seu meritório assunto, comunicando-lhe algumas idéias sôbre aquêlo objeto, idéias que recomendo ao benigno acolhimento do Instituto.

Idéias gerais sôbre a História do Brasil

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.

São porém êstes elementos de natureza muito diversa, tendo para a

¹⁸ P. BALDUINO RAMBO, S. J., *Martius*, São Paulo, Publicações da Sociedade Hans Staden, 1952; FREDERICO SOMMER, *A Vida do Botânico Martius*, São Paulo, Cia. Editora Melhoramentos, 1955; RICARDO MARTINS, "Martius e D. Pedro II", *Tribuna de Petrópolis*, 1 de janeiro de 1956, registrando documentos novos existentes no arquivo da Casa Imperial (Petrópolis). As cartas de Martius ao Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa, estão na posse de Americo Jacobina Lacombe, director da Casa de Rui Barbosa.

formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de côr de cobro ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a actual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.

Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais.

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a êste respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior fôr a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue que o Português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento; o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande êrro para com todos os princípios da Historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população.

Tanto os indígenas, como os negros, reagiram sôbre a raça predominante.

Sei muito bem que *Branços* haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas também estou certo que êles não serão encontrados onde se elevam vozes para hum *historiografia filosófica do Brasil*. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrário, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem as raças India Etiópica no desenvolvimento histórico do Povo Brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo.

Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do Mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vêzes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação Inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando!

Cousa semelhante, e talvez ainda mais importante se propõe o gênio da história, confundindo não sòmente povos da mesma raça, mas até raças inteiramente diversas por suas individualidades, e índole moral e física

particular, para delas formar uma nação nova e maravilhosamente organizada.

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos confluente das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sôbre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.

Eu creio que um autor filosófico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um cristianismo esclarecido, nada achará nessa opinião que possa ofender a suscetibilidade dos brasileiros. Apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Criador, e abstraindo da sua côr ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador. Essa filantropia transcendente, que aprecia o homem em qualquer situação em que o acha destinado para obrar e servir de instrumento, a infinitamente sabia ordem do mundo, é o espírito vivificador do verdadeiro historiador. E até me inclino a supor que as relações particulares pelas quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país, em preferência de outros estados do novo mundo, onde aquelas duas raças inferiores são excluídas do movimento geral, ou como indignas por causa de seu nascimento, ou porque o seu número, em comparação com o dos brancos, é pouco considerável e sem importância.

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.

Esta reciprocidade oferece na história da formação da população brasileira em geral o quadro de uma vida orgânica. Apreciá-la devidamente será também a tarefa de uma legislação verdadeiramente humana. Do que até agora se fêz para a educação moral e civil dos Índios e Negros, e do resultado das instituições respectivas, o historiador poderá julgar do futuro, e tornando-se para êle a história uma Sibila profetizando o futuro, poderá oferecer projetos úteis, &c., &c. Com quanto mais calor e viveza êle defender em seus escritos os interêsses dessas por tantos modos desamparadas raças, tanto maior será o mérito que imprimirá à sua obra, a qual terá igualmente o cunho daquela fillar tropia nobre, que em nosso século com justiça se exige do historiador. Um historiador que mostra desconfiar da

perfectibilidade de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que êle não sabe colocar-se acima de vistas parciais ou odiosas.

Os Índios (a raça côr de cobre) e sua história como parte da História do Brasil

Se os pontos de vistas gerais aqui indicados merecem a aprovação do historiador brasileiro, êle igualmente deverá encarregar-se da tarefa de investigar minuciosamente a vida e a história do desenvolvimento dos aborígenes americanos; e estendendo as suas investigações além do tempo da conquista, perscrutinará a história dos habitantes primitivos do Brasil, história que por ora não dividida em épocas distintas, nem oferecendo monumentos visíveis, ainda está envolta em obscuridade, mas que por esta mesma razão excita sumamente a nossa curiosidade.

Que povos eram aquêles que os portuguezes acharam na terra de Santa Cruz, quando êstes aproveitaram e estenderam a descoberta de Cabral? Donde vieram êles? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*? A resposta a esta e outras muitas perguntas semelhantes deve indubitavelmente preceder ao desenvolvimento de relações posteriores. Só depois de haver estabelecido um juizo certo sôbre a natureza primitiva dos autóctones brasileiros, poder-se-á continuar a mostrar, como se formou o seu estado moral e físico por suas relações com os emigrantes; em que êstes influíram por leis e comércio, e comunicação, sôbre os índios; e qual a parte que toca aos boçais filhos da terra no desenvolvimento das relações sociais dos portuguezes emigrados.

Ainda não há muito tempo que era opinião geralmente adotada que os indígenas da América foram homens diretamente emanados de mão do Criador. Consideravam-se os aborígenes do Brasil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda das suas necessidades e inclinações físicas unicamente por sua razão instintiva. Enfeitado com as côres de uma filantropia e filosofia enganadora, consideravam êste estado como primitivo do homem; procuravam explicá-lo, e dêle derivavam os mais singulares princípios para o direito público, a religião e a história. Investigações mais aprofundadas porém provaram ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o atual indígena brasileiro, não é senão o *resíduo de uma muito antiga, pôsto que perdida história*.

Logo que nós tivermos penetrado desta convicção, estende-se o passado da raça americana para uma época encoberta de obscuridão; e esclarece-la será tarefa tão espinhosa quão cheia de interêsse. A vereda que o historiador deve trilhar neste campo não pode ser outra senão esta: Em primeiro

lugar devemos considerar o indígena brasileiro, em suas manifestações exteriores, como ente físico, e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará à esfera da alma e da inteligência destes homens; a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua atividade espiritual, e como ela se manifesta por *documentos históricos*.

Como documento mais geral e mais significativo deve ser considerada a *língua dos índios*. Pesquisas nesta atualmente tão pouco cultivada esfera não podem jamais ser suficientemente recomendadas, e tanto mais que as línguas americanas não cessam de achar-se continuamente em uma certa *fusão*, de sorte que algumas delas em breve estarão inteiramente extintas. Muito há que dizer sobre este objeto; mas como devo supor que poucos historiógrafos brasileiros se ocuparão com estudos linguísticos, deixo à parte este assunto; aproveito porém esta ocasião de exprimir o meu desejo que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro designasse alguns linguistas para a redação de dicionários e observações gramaticais sobre estas línguas, determinando que estes Srs. fossem ter com os mesmos índios. Neste respeito seria muito para desejar que se investigassem especialmente as *radicais* da língua Tupi e dos seus dialéticos, desde o Guarani, nas margens do Rio da Prata, até o Arino e Guez sobre o Amazonas: que para tal dicionário brasileiro servisse de modelo o vocabulário que a Imperatriz Catarina mandou esboçar para as línguas Asiáticas, e que afinal e principalmente se coligissem em primeiro lugar todos os vocábulos que se referem a objetos naturais, determinações legais (de direito) ou vestígios de relações sociais.

A língua principal falada outrora pelos índios do Brasil em vastíssima extensão, e entendida ainda em muitas partes, é a *língua Geral ou Tupi*. E sem dúvida muito significativo que um grande complexo de raças brasileiras entendam este idioma. Assim como no Peru com as línguas Quichua e Aimará que se estendiam sobre vastíssimos territórios, aconteceu no Brasil com a língua Tupi; e não podemos duvidar que todas as tribos, que nela sabem fazer-se inteligíveis, pertençam a um único e grande povo, que sem dúvida possuiu a sua história própria, e que de um estado florescente de civilização, decaiu para o atual estado de degradação e dissolução, do mesmo modo como o observamos entre os povos ocidentais, que falavam a língua dos Incas, ou o Aimará. Não deve passar inapercebidamente que os Caraíbas nas Guianas e nas Antilhas falavam uma língua, por uma sintaxe e vocabulário parente da língua Tupi; fato este tanto mais singular, quanto há muitos vestígios de serem os Caraíbas um povo de piratas, que se estendia da Flórida e das Bermudas para o Sul. Assim tornaram-se as investigações sobre a língua dos aborígenes brasileiros um objeto de interesse geral, conduzindo a investigações etnográficas, e compreendendo uma grande parte do Novo Mundo.

A língua devem em primeiro lugar ligar-se os estudos sobre a Mitolo-

gia, as Teogonias e Geogonias das raças brasileiras. Um observador filosófico não deixará de descobrir nos restos de mitos, e no balbuciamto poético, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perdida filosofia natural, e de um culto ainda enigmático. Uma indagação superficial do culto atual dos índios do Brasil contenta-se em considerá-lo como uma espécie de Chamanismo ou Fetichismo; mas com isto não se dará por satisfeito o historiador filosófico, que dos restos atuais de idéias e cerimônias religiosas conclui para noções anteriores mais puras, e para formas de um culto antigo, do qual os sacrifícios humanos dos prisioneiros, o canibalismo, e numerosos costumes e usos domésticos devem ser considerados como a mais bruta degeneração, e que somente dêste modo tornam-se explicáveis. Pesquisas tais necessariamente nos levarão para êstes fenômenos pertencentes à esfera de superstições, de virtudes curativas de taumaturgos índios, feiticeiros e curandeiros; e destas passamos a investigações sobre o saber dos índios relativo a fenômenos da natureza, e de outro lado sobre o sacerdócio entre êles e todas as relações do Pagé (sacerdote), curandeiro e chefe para com a comunidade social.

Mais de um passo nos conduzirá para os vestígios de símbolos e tradições de direito: lançaremos uma vista d'olhos geral sobre as relações sociais e jurídicas destes homens; como membros de uma só tribo, e as que existem entre as tribos diversas; e com isso encerra-se o círculo das investigações etnográficas que o historiador deverá fazer.

E inegável que o quadro de tôdas estas relações será tanto mais perfeito, será tanto mais rico em resultados históricos e filosóficos, quanto mais afoito e desprevenido o historiador lançar suas vistas sobre os aborígenes da América em seu mais extenso esparsimento, quanto com maior diligência comparar os seus materiais brasileiros com os dos outros povos do Novo Mundo.

A coordenação e paralelismo de tôdas as Geogonias, Teogonias, e tradições de dilúvios gerais, e outras grandes catástrofes da natureza de todos os mitos, usanças legais, usos e costumes dos aborígenes americanos em geral, seria uma das mais belas e gratas tarefas do historiador filosófico e etnógrafo, e se uma história do Brasil não oferecesse senão esta introdução, ela devia ser saudada com entusiasmo por todos os literatos. Desde a obra de *Lafitau* o material aumentou de um modo tão espantoso que o autor havia de ser recompensado tanto pelos encantos como pela abundância da matéria. Mas essa mesma abundância de materiais exige a mais severa crítica, e uma multidão de alegações extravagantes, de fatos inteiramente falsos, (como por exemplo foram espalhados pela obra escandalosa de Mr. de Paw), devia ser excluídos de uma vez, e estabelecida a verdadeira base e valor histórico e etnográfico dos povos americanos.

Como um assunto de suma importância para o etnógrafo notamse as

indagações sobre as construções americanas, que ultimamente excitaram tão vivo interesse. Não poderá o historiador brasileiro deixar de perscrutar igualmente as ruínas de Papantla, México, Uxmal, Copan, Quito, Tiaguanaco, &c., se quiser formar um juízo geral sobre o passado dos povos americanos. Até agora não se descobriram no Brasil (ao menos que eu saiba) vestígios de semelhantes construções, pois que as notícias manuscritas, das quais dá uma cópia a "Revista Trimestral" do ano de 1839, pág. 181, e que induziram ao Sr. Benigno José Carvalho e Cunha [ibid. 1841, pág. 197] a suspeitar que há uma grande cidade ao lado do Sul da Serra de Sincorá, sobre o braço esquerdo do Sincorá, são até agora os únicos que se conhecem sobre monumentos brasileiros, que se assemelham em grandeza e solidez com os do México, Cundinamarca e Bolívia. A circunstância porém de não se terem achado ainda semelhantes construções no Brasil certamente não basta para duvidar que também neste país reinava em tempos muito remotos uma civilização superior, semelhante à dos países que acabo de mencionar. Na verdade, mostra a experiência que mormente em países elevados se encontram vestígios de uma tal civilização dos autóctones americanos, mas apesar disso não somos autorizados por argumento algum a duvidar da sua possibilidade no Brasil. Daí resulta um desejo, que certamente muitos dos membros do Instituto partilharão comigo, que se lhes facultassem meios para fazer sacrifícios em favor de investigações arqueológicas: especialmente prestando auxílio a viajantes que procurassem estes monumentos. Se considerarmos que em alguns lugares, v. g. em Papantla, se elevam matas altíssimas e milenárias sobre as construções de antigos monumentos, não se há de achar inverosímil que o mesmo se encontrará nas florestas do Brasil, tanto mais que até agora elas não são conhecidas nem acessíveis senão em muito pequena proporção.

Os Portugêses e a sua parte na História do Brasil.

Quando os portugêses descobriram o Brasil, e nele se estabeleceram, acharam os indígenas proporcionalmente em tão diminuto número e profundo aviltamento, que nas suas recém-fundadas colônias podiam desenvolver e estender-se quase sem importar-se dos autóctones. Estes exerceram sobre os colonos uma influência negativa tão somente, por quanto só os forçaram a acautelar-se contra as suas invasões hostis, e por isso criaram uma instituição singular de defesa, o *Sistema das Milícias*.

A influência dessas milícias é grande e importante por dois motivos: por uma parte elas fortaleciam e conservavam o espírito de empresas aventureiras, viagens de descobrimento, e extensão do domínio português; por outra favoreciam o desenvolvimento de instituições municipais livres, o de uma certa turbulência a até desenfreamento dos cidadãos, capazes de pegar

em armas em oposição às autoridades governativas, e poderosas ordens religiosas. De outro lado achamos também nisso a causa dos sucessos das armas portuguesas contra diversos invasores, os franceses no Maranhão e Rio de Janeiro, os holandeses em uma grande parte da Costa Oriental.

O Português, estabelecendo-se no Brasil, abandonou de certo modo os direitos que em Portugal possuía para com o Monarca, por quanto, em lugar de um Rei, recebia um Senhor (*Dominus Brasiliae*) Nisso mesmo existia o motivo para os colonos de jamais deporem as armas, estarem em cada momento prontos a combater, e dirigirem-se sempre armados dos diferentes pontos do litoral, onde a princípio se estabeleceu a civilização européia mais e mais para o interior, aonde ninguém reconheciam acima de si, venciam os índios à força d'armas, ou induziam-nos com astúcia para servi-los.

Assim vemos que a posição guerreira, em que se colocou o colono português para com o índio, contribuiu muito a rápida descoberta do interior do país, como igualmente para a extensão do domínio português. A natureza particular do país, principalmente a abundância de ouro, não era de pequeno momento; por quanto as primeiras viagens de descoberta eram antes incursões de rapina contra os indígenas, a quem escravizaram, ou só tinham por feito a descoberta de riquezas minerais.

Enfim não devemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil, como ela se operava no século XVI, e que lançou os primeiros fundamentos do atual Império, segundo os princípios que entre nós regulam as empresas de colonização. Hoje em dia as colonizações são, com poucas exceções, empresas de particulares, e nascem quase exclusivamente da necessidade de trocar uma posição pobre e apertada, por outra mais livre e agradável. Estas emigrações quase só têm lugar nas classes dos agricultores e artistas, e quase nunca nas dos nobres ou abastados. Mas assim não aconteceu nos primeiros tempos da colonização do Brasil. Elas eram então uma continuação dessas empresas afoitas e grandiosas, dirigidas para a Índia, e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres, e povo; dessas empresas que tornaram a nação portuguesa tão famosa como rica.—Também não nasceu, êsse desejo de emigrar, de crises religiosas, como por exemplo aconteceu em Inglaterra; êle era antes uma consequência das grandes descobertas e empresas comerciais dos portugueses sobre a Costa Ocidental da África, do Cabo, Moçambique e Índia. As mesmas razões gerais e poderosas, que imprimiram a uma das nações mais pequenas de Europa um movimento tão poderoso, que a impeliram para uma atividade que faz época na história universal, induziram-na igualmente à emigração para o Brasil.

Com esta observação quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu

nexo com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portugueses.

Assim como estas tiveram a maior influência sobre a política e comércio da Europa, aconteceu o mesmo da parte do Brasil.

O historiógrafo do Brasil ver-se-á arrastado por tais observações a jamais perder de vista na história da colonização do Brasil, e do seu desenvolvimento civil e legislativo (que acompanhava aquela ao mesmo passo), os movimentos do Comércio Universal de então, e incorporá-lo mais ou menos extensamente à sua história. Ele deverá tratar das diferentes vias comerciais, conduzindo ou pelo Mar Roxo, ou ao redor do Cabo de Boa Esperança, e da influência que tais vias exerceram sobre o valor de cada um dos produtos e seus preços, conforme a sua condução por mar ou por terra. Embora não tenham as Índias Orientais produtos iguais aos do Brasil, que eram objetos do comércio, contudo será difícil não traçar aqui uma *história do comércio comparativo* entre a Índia e América, se quisermos conhecer bem as molas que promoviam a emigração das populações européias para a Índia e o Novo Mundo. Assim, por exemplo, está a história do descobrimento do Brasil intimamente ligada com a história comercial da madeira índia chamada Japan, que vulgarmente conhecida debaixo do nome de pau-brasil, *legno brasilo, bresil, &c.* foi a causa principal de dar-se à Terra de Santa Cruz o nome de Terra do Brasil. Também a história e movimento mercantil dos metais e pedras preciosas tem as mais estreitas relações com a história do Brasil, e finalmente a das plantas tropicais úteis, conhecidas na Europa depois da descoberta do Novo Mundo, jamais poderá ser separada da história da colonização do Brasil.

Mais abaixo falaremos da grande influência que deviam exercer sobre o desenvolvimento do Brasil as viagens dos portugueses na África, as suas relações comerciais nesta parte do mundo, e a sua convivência em o tráfico da escravatura.

O Português, que no princípio do século XVI emigrava para o Brasil, levava consigo aquela direção de espírito e coração, que tanto caracteriza aquêlos tempos. Isento do efeito imediato do Cisma de Lutero, em numerosos conflitos porém com a Espanha e mais partes da Europa, talvez então mais acessível do que depois ao movimento intelectual geral daquele século, o colono português desse tempo, distintamente representa a índole particular desse período, e o historiador brasileiro não poderá eximir-se de traçar um quadro dos costumes do século XV, se intentar descrever os homens tais e quais vieram para além do oceano fundar um novo Portugal.

Daqui o historiador deverá passar para a história da legislação e do estado social da nação portuguesa, para poder mostrar como nela se desen-

volveram pouco a pouco tão liberais instituições municipais, como foram transplantadas para o Brasil, e quais as causas que concorreram para o seu aperfeiçoamento nesse país. Mostrar em quanto aqui a legislação antiga portuguesa (de D. Dinis) ficou mais isenta da influência do direito romano, que os reis espanhóis propagaram em Portugal, seria uma tarefa de sumo interesse, para o historiador, que na legislação reconhece o espelho de uma época.

Aqui merecerão distinto desenvolvimento as relações eclesiásticas e monacais. E isso tanto mais, porquanto algumas dessas ordens acharam-se muitas vezes (assim como na América Espanhola) em oposição com as municipalidades ou povoações, não poucas vezes em favor dos índios. Mas, segundo os meus, conhecimentos relativos à constituição eclesiástica do Brasil, tais movimentos não procederam de concílios brasileiros, mas sim de determinações legislativas, vindas ou da Metrópole ou de Roma.

Das ordens religiosas tôdas, a dos Jesuítas representou o mais notável papel, e suas construções são os únicos monumentos grandiosos, ainda existentes daqueles remotos tempos; como também instituições suas há que até o presente não desapareceram inteiramente, nem perderam certa influência. A atividade com que os Jesuítas se ocupavam em missões, facultou-lhes melhor para que possuíssem as mais variadas, e em grande parte muito importantes notícias sobre a vida doméstica e civil, assim como sobre as línguas e outros conhecimentos dos índios. Muitas destas notícias ficaram até hoje sem serem aproveitadas, e jazem dispersas nos Arquivos da Ordem, ou nas Bibliotecas a que estas tocaram depois da supressão desta ordem religiosa. A Alemanha e Itália são os países que mais aproveitaram desses materiais colhidos por Jesuítas. Basta-me citar a obra volumosa e in folio de P. *Stoekler O. Weltbote* (O Mensageiro Universal), ou outras publicadas na Itália por Hervas e Muratori. Os Jesuítas alemães, que se empregaram em missões no Brasil, possuíam menos erudição que os franceses, entre os quais em geral aquela ordem formou os mais distintos sábios. Àqueles porém nem por isso faltava habilidade, e talvez mais aptos do que os Jesuítas franceses para viver entre tão bárbaros neófitos, e as suas relações sobre os costumes morais e civis dos índios tornam-se recomendáveis por sua singeleza e exatidão.

O ramo desta literatura é representado em França pelas *lettres edificantes*. Sem dúvida alguma não estão ainda suficientemente exploradas tais fontes jesuíticas, e deve ser muito fácil ao historiador do Brasil obter, por intervenção diplomática dos Arquivos de Roma, Munich, Viena e da Bélgica, os respectivos extratos das comunicações destes religiosos. Outras ordens monacais, como Franciscanos, Capuchinos, Agostinhos, Carmelitas, Paulinos, também se ocupavam em missões no Brasil. Por isso seria possível que também nas suas relações se achassem materiais importantes, tanto para

a etnografia dos indígenas, quanto para a história dos costumes do habitante europeu. Em geral, devemos reconhecer que a atividade de tôdas estas ordens não era desfavorável ao Brasil. Nós vemos muitas vêzes que elas eram os únicos motores de civilização e instrução para um povo inquieto e turbulento. Outras vêzes nós vemos elas proteger os oprimidos contra os mais fortes. Por isso não podem ser compreendidas as numerosas querelas e rixas nas municipalidades das cidades (como v. g. se acham em grande número referidas na Crônica do Maranhão por Berredo), sem referência para com o clero, e especialmente com as ordens, com a fundação de seus conventos (casas conventuais), hospícios, missões no interior do país, e especulações mercantis por elas empreendidas. A oposição dos colonos para com estas em geral filantrópicas ordens muitas vêzes nascia do conflito de interesses sociais, nos quais aquêles se consideravam ligados por estas.

O governo português mostrou-se em geral muito vigilante da influência das ordens religiosas sôbre a população, e cuidava dos direitos da coroa com alguma desconfiança. Daí emanou a proibição de fundarem-se conventos na Província de Minas, e a história da supressão da ordem dos Jesuítas explica-se no que diz respeito a Portugal, pela posição adquirida pelos Jesuítas no Pará; e o que diz respeito à Espanha, por certas ocorrências em Paraguai; de sorte que êste acontecimento, que faz época na história universal, se acha profundamente enraizado na história do Brasil.

Uma tarefa de sumo interesse para o historiador pragmático do Brasil será mostrar como aí se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes como *reflexo* de vida européia. O historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; êle deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais. Êle deve juntar-nos o estado da igreja, e escola, levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos. Aqui deve apresentar quais os meios, segundo que sistema, com que conhecimentos manejavam a economia rústica, lavoura e comércio colonial. Não é destituído de interesse saber-se como e aonde se introduziram pelos colonos, pouco a pouco, árvores e plantas européias; como, pouco a pouco, se desenvolveu o sistema presente; qual a parte que em todos êstes movimentos tiveram a construção naval, a navegação e o conhecimento dos mares, principalmente daqueles que foram sulcados pelos portugueses.

As observações sôbre as escolas no Brasil, sôbre o método do ensino então aí reinante, o grau de instrução obtido por êle, há de conduzir outra vez a indagações sôbre o estado das letras na Mãe Pátria. Por isso, pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se especialmente com o progresso

da poesia, retórica, e tôdas as mais ciências em Portugal, mostrar a sua posição relativa as mesmas no resto da Europa, e apontar qual a influência que exerceram sôbre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil.

Enfim, pertence também a *vida militar* em Portugal aos assuntos de um perfeito quadro histórico. Qual a maneira e modo empregados no recrutamento, instrução, comando e serviço do exército, os princípios estratégicos, segundo os quais se devia proceder no Brasil, um país tão diferente da Europa: tudo isso deve ser tomado em consideração em uma história pragmática do país. Relativamente às guerras com os holandeses, não nos faltam semelhantes notícias. Mas pelo contrário o que diz respeito a essas viagens belicosas de descoberta no interior do Brasil, principalmente dos mamalucos de S. Paulo e suas guerras com espanhóis; e os missionários em Paraguai, carece ainda ser esclarecido, por acharem-se os poucos documentos escritos relativos ainda sepultados pela maior parte nos arquivos das diferentes cidades e vilas.

Em quanto as crônicas da maior parte dos lugares mais consideráveis ocupam-se muitas vêzes com grande monotonia de acontecimentos de nenhuma importância relativos à comunidade, achará o historiador um atrativo variadíssimo na narração das numerosas viagens de descobertas e incursões dos diferentes pontos do litoral para os desertos longínquos do interior (os sertões), empreendidas em procura de ouro e pedras preciosas, ou com o fim de cativar e levar como escravos os indígenas. Essas *entradas* foram pela melhor parte executadas espontâneamente por pessoas, as quais animadas por um certo espírito romanesco e aventureiro, nelas desenvolveram tôda a energia, talento inventivo, perseverança e coragem de um Cortez, Balboa ou Pizarro, e executaram façanhas dignas de admiração da posteridade. É muito para desejar que pesquisas rigorosas nos arquivos das cidades nos subministrassem maior cópia de documentos semelhantes àquelles que referem as Aventuras Românticas de Bartolomeu Bueno da Silva, descobridor de Goiás, 19 de setembro de 1740, aventuras dignas de inspirar tanto a fantasia do poeta épico, como a musa mais tranqüila do historiador. Para a descrição destas viagens de descoberta, apresenta-se uma grande dificuldade na falta de datas exactas geográficas, que designassem com precisão os caminhos tomados por tais expedições. Custa-nos acreditar que estas incursões percorressem muitos lugares, que atualmente não são mais visitados e inteiramente perdidos para nós, como p. ex. êsse fabuloso vale pedregoso e riquíssimo em ouro dos *Martírios*; contudo, uma designação em tudo exata da direção dos caminhos entao percorridos, não havia de ser sem interesse para a geografia, etnografia, e em alguns casos também para a exploração das riquezas da natureza, de muitas regiões ainda hoje quase desconhecidas.

Uma exposição aprofundada destas viagens para o interior conduzirá necessariamente o historiador a certa particularidade, que excitou muito a minha atenção. Eu falo das numerosas histórias e lendas sobre as riquezas subterrâneas do país, que nele são o único elemento do romantismo, e substituem para com os brasileiros os inúmeros contos fabulosos de cavaleiros e espectros, os quais fornecem nos povos europeus uma fonte inesgotável e sempre nova para a poesia popular. Pareceu-me que a superstição do povo se tinha, por assim dizer, concentrado nesses contos, e para assinalhes seu verdadeiro valor, o historiador não deixará de ponderar em quanto os negros contribuíram para essas, às vezes sumamente poéticas narrações. O negro gosta de falar; o seu modo africano de pensar, seu feticismo lhe subministram também diversos pensamentos poéticos sobre acontecimentos sobrenaturais ou milagrosos. Assim desenvolveu-se nas Províncias de Minas, S. Paulo e Goiás um completo círculo de fábulas de Plutão, que deve ser representado com uma tintura particular nessa população. Nos países limítrofes do Amazonas, onde há maior porção de índios não há vestígios disso; mas de outro lado deleita-se aí o povo em monstros fantásticos de fantasia índia, que, entristecida pela solidão lúgubre dos bosques, e os terrores de uma natureza medonha em suas produções, encontra por todos os lados monstros horrorosos, sátiros e animais fabulosos (míticos), que a nós europeus pela primeira vez fêz conhecer Walter Raleigh e seus companheiros em suas relações extravagantes.

Um historiador filósofo, familiarizado com tôdas as direções desses mitos populares, de certo não os desprezará; mas há de dar-lhes e importância particular que merecem; — dêle concluirá para várias conjecturas na vida do povo, e há-de pô-los em relação com a essência do grau de civilização intelectual em geral. A diversidade das fontes, donde emanaram êsses contos, oferecerá ao historiador a ocasião para variadas observações gerais, tanto históricas como etnográficas.

A raça Africana em suas relações para com a história do Brasil.

Não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, êste problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar tôdas as influências, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população.

Mas, no atual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, &c., &c., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil. Sendo a África visitada pelos portugueses antes da descoberta do Brasil, e tirando êles dêste país grandes vantagens comerciais, é fora de

dúvida que já naquele período influía nos costumes o desenvolvimento político de Portugal. Por êste motivo devemos analisar as circunstâncias das colônias portuguesas na África, de tôdas as quais se trafica em escravatura para o Brasil, dever-se-á mostrar que movimento imprimiam na indústria, agricultura e o comércio das colônias africanas para com as do Brasil, e vice-versa. De sumo interêsse são as questões sôbre o estado primitivo das feitorias portuguesas, tanto no litoral como no interior da África, e da organização do tráfico de negros. Estas circunstâncias são quase inteiramente desconhecidas na Europa. Só últimamente foram publicadas notícias sôbre êste assunto pelos inglêses; contudo parecem representadas em grande parte de um só lado, nem fornecem esclarecimentos suficientes, sôbre o manejo e procedimento do tráfico dos escravos no interior do país. E se observamos pela outra parte que a literatura portugêsa oferece muito pouco, o que se refere à história universal do tráfico da escravatura.* o autor prestaria um serviço muito relevante se na história do Brasil tratasse cabal e extensamente êste assunto. De si mesmo oferecense então muitas comparações sôbre a índole, os costumes e usos entre os negros e os índios, que sem dúvida contribuirão para o aumento do interêsse que nos oferecerá a obra. Enfim será conveniente indicar qual a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sôbre o caráter português no próprio Portugal.

Nunca portanto o historiador da Terra da Santa Cruz há-de perder de vista que a sua tarefa abrange os mais grandiosos elementos; que não lhe compete tão sômente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscrito em estreitos limites, mas sim de uma nação cuja crise e mescla atuais pertencem à história universal, que ainda se acha no meio do seu desenvolvimento superior. Possa êle não reconhecer em tão singular conjunção de diferentes elementos algum acontecimento desfavorável, mas sim a conjuntura mais feliz e mais importante no sentido da mais pura filantropia. Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia.

Sôbre a forma que deve ter uma história do Brasil, seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sôbre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem de mais de certo espírito de crônicas. Um

* Um trabalho meritório fundado em experiência, que pertence a êste assunto, tem por autor a Luís Antônio de Oliveira Mendes, sôbre as moléstias dos negros, nas Mem. Econ. da R. Acad. de Lisboa; vol. 4, pág. 1-64. Outros tratados sôbre os negros devemos ao insigne Visconde de Cairu.

grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há-de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados, &c.; ou uma escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, e cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa?—tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluído.

Aqui se apresenta uma grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão disparatados elementos. Assim como a província do Pará tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros produtos naturais, outra agricultura, indústria, outros costumes, usos e precisões, do que a província do Rio Grande do Sul; assim acontece igualmente com as províncias da Bahia, Pernambuco e Minas. Em uma predomina quase exclusivamente a raça branca, descendente dos portugueses; na outra tem maior mistura com os índios; em uma terceira manifesta-se a importância da raça africana; enquanto influía de um modo especial sobre os costumes e o estado da civilização em geral. O autor, que dirigisse com preferência as suas vistas sobre uma destas circunstâncias, corria perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquêlo fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores.

Para evitar este conflito, parece necessário que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a Mãe Pátria, e as mais partes do Mundo; e que, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história. Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada Província; mas omitir, pelo contrário, tudo aquilo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das Províncias de S. Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará,

e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os de Ceará Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Pôrto Seguro, não será senão a da Bahia.

Para um tal trabalho, segundo certas divisões gerais do Brasil, parece-me indispensável que o historiador tivesse visto êsses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em verdadeiro nexó pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjunturas históricas.

Esta diversidade não é suficientemente reconhecida no Brasil, porque há poucos brasileiros que tenham visitado todo o país; por isso formam idéias muito errôneas sôbre circunstâncias locais, fato êste que sem dúvida alguma muito concorre para que as perturbações políticas em algumas províncias só se podiam apagar depois de longo tempo. Nem se reconhecerão sempre as verdadeiras causas de um estado achacoso, e por isso às vêzes não foram ministrados os remédios apropriados. Se o historiador se familiarizar bem com estas particularidades, e exatamente as apresentar, não poucas ocasiões achará para dar úteis conselhos à administração. No que diz respeito aos leitores em geral, deverá lembrar-se em primeiro lugar que não excitará nenhum interêsse vivo, nem lhes poderá desenvolver as relações mais íntimas do país, sem serem precedidos os fatos históricos por descrições das particularidades locais da natureza. Tratando o seu assunto, segundo êste sistema, o que já admiramos no Pai da história, Heródoto, encontrará muitas ocasiões para pinturas encantadoras da natureza. Elas imprimirão à sua obra um atrativo particular para os habitantes das diferentes partes do país, porque nestas diversas descrições locais reconhecerão a sua própria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos. Desta sorte ganhará o livro em variedade, e riqueza de fatos, e muito especialmente em interêsse para o leitor europeu.

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sôbre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não sômente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sôbre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, tôdas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. Ali vemos repu-

blicanos de todas as côres, ideólogos de tôdas as qualidades. É justamente entre êstes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interêsse uma história de seu país natal; para êles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê -los por uma maneira destra da inexiquibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias: êstes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre tôdas as Províncias, relações recíprocas. Enquanto não poucas vêzes acontecerá que os estrangeiros tentem semear a cizania entre os interêsses das diversas partes do país, para assim, conforme ao *divide et impera*, obter maior influência nos negócios do estado; deve o historiador patriótico aproveitar tôda e qualquer ocasião a fim de mostrar que tôdas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mütuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas. Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisongeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do país. Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. Daqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escrita, em um estilo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência; por isso, não devia ser escrita em uma linguagem do . . . e empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estêreis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, sêcas e puramente eruditas. Como qualquer história que êste nome merece, deve parecer-se com um Epos! Só de um lado é verdadeiro que a Epos popular só é composto onde o povo ainda se acha em desenvolvimento progressivo, então do outro lado não podemos duvidar que atualmente o Brasil é um objeto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso; por isso; uma história popular do país vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis que o Brasil oferece, achar um feliz estímulo, para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o zêlo patrió-

tico, e aquêlo fogo poético próprio da juventude, ao mesmo passo que desenvolva a aplicação e profundidade de juízo e de firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil.

Munich, 10 de janeiro de 1843.

(Extraído de *Revista Trimensal de História e Geografia* ou *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 24, janeiro de 1845, tomo 6, págs. 381-403).